

**Midiatização da corrupção política:
enquadramentos jornalísticos, percepção e debate público informal¹**

*Mediatization of political corruption:
journalistic frameworks, perception and informal public debate*

Lucas Arantes ZANETTI²
Caroline Kraus LUVIZOTTO³

Resumo

O jornalismo possui papel central na construção social das representações sobre a política. Em sociedades midiaticizadas, a corrupção política ganha nova roupagem, podendo ser entendida sob a lógica do escândalo político-midiático. Estratégias discursivas corroboram para a construção de uma narrativa para o escândalo de forma a direcionar o debate público e atuar na formação da opinião dos sujeitos sobre os casos. No entanto, as sociedades midiaticizadas pressupõem interações sociais complexas que se transformam em novas poéticas e sentidos que formam a opinião pública sobre os acontecimentos políticos e seus desdobramentos. Fundamentado nesta lógica, o presente artigo investiga, a partir de pesquisa empírica, elementos da construção jornalística e do debate público sobre o escândalo político conhecido por Operação Marquês, caso de corrupção envolvendo o ex-Primeiro Ministro português José Sócrates, à luz da teoria da midiaticização e do debate público informal.

Palavras-chave: Midiaticização. Corrupção Política. Debate Público. Jornalismo.

Abstract

Journalism has a central role in the social construction of representations about politics. In mediaticized societies, political corruption takes on a new guise, and can be understood under the logic of the mediaticized political scandal. Discursive strategies support the construction of a narrative for the scandal in order to direct the public debate and act in the formation of the subjects' opinion about the cases. However, mediaticized societies presuppose complex social interactions that are transformed into new poetics and meanings that form public opinion about political events and their unfolding. Based on this logic, this article investigates, based on empirical research, elements of journalistic

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Membro do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (ComMov). E-mail: lucas.zanetti@unesp.br

³ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Líder do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. E-mail: caroline.luvizotto@unesp.br

construction and public debate on the political scandal known as Operação Marquês, a corruption case involving former Portuguese Prime Minister José Sócrates, in the light of the theory mediatization and informal public debate.

Keywords: Mediatization. Political Corruption. Public Debate. Journalism.

Introdução

Segundo Stromback (2008), em sociedades altamente midiaticizadas, acontecimentos políticos passam a operar sob lógica mediática a partir de construções narrativas em uma teia de sentidos midiaticamente produzidos, que extrapolam a realidade objetiva com supervalorização do discurso e da estética e minimização dos fatos materiais. Como demonstram diversos autores (THOMPSON, 2002; SOUSA, 2011; MAIA, 2008 E CUNHA, 2014), a corrupção varia de acordo com a percepção sobre ela própria, orientada pelos valores vigentes na sociedade em que o ato considerado corrupto é cometido. Nesse sentido, é razoável afirmar que a percepção da corrupção pela opinião pública é determinante para os desdobramentos de tais casos de corrupção, uma vez que é a sociedade quem legitima o exercício do poder político e é diretamente afetada pelas consequências das ações políticas corruptas.

Este artigo analisa a midiaticização da corrupção política, sua relação com o jornalismo e o debate público a partir do caso de corrupção conhecido como “Operação Marquês”, ocorrido em Portugal a partir de 2014. Trata-se de um processo judicial que investiga políticos, banqueiros e empresários sob suspeita de corrupção, branqueamento e desvio de capitais, sendo um de seus maiores expoentes o ex-Primeiro Ministro José Sócrates. As investigações começaram no ano de 2013 e a primeira prisão foi deflagrada em novembro de 2014, quando o próprio ex-Primeiro Ministro foi detido em prisão preventiva. Sócrates foi solto em abril de 2015, mas as investigações continuam. Ao todo, a operação envolve cerca de 25 investigados, entre pessoas físicas, políticos e empresas.

Buscamos demonstrar, a partir de esforços teóricos, metodológicos e empíricos, os mecanismos da midiaticização da corrupção política, a partir da construção social mediática do escândalo e formas de interação social, com a formação da percepção por meio do debate público informal. O jornalismo e seus enquadramentos são entendidos como epicentro narrativo dos personagens, protagonistas, antagonistas, causas, consequências e definições éticas e morais em um conjunto de sentidos produzidos que não se findam em si mesmos, mas deságuam no debate público, onde ocorre a criação de

novos sentidos, narrativas e percepções em processos que caracterizam exatamente a lógica das sociedades midiaticizadas.

Para ajudar a compreender esses fenômenos para além de uma lógica excessivamente centrada nos meios, recorreremos aos estudos em mídia e deliberação, em especial àqueles que discorrem sobre os ambientes de conversação informais e cotidianas (MAIA, 2017; MARQUES, 2008). Trata-se, portanto, da tentativa de aproximação dos conceitos de midiaticização, enquadramento e debate público, de forma a sinalizar uma experiência de pesquisa empírica que articula metodologias para compreender processos de formação da opinião pública e da construção social da percepção dos sujeitos sobre a corrupção política e a criação do escândalo político-midiático.

Para atender aos objetivos propostos, foram realizados três procedimentos metodológicos: 1) a Análise de Enquadramento (media frame) de cinco conteúdos jornalísticos de veículos portugueses distintos sobre a troca de juiz para a fase de instrução da Operação Marquês; 2) a elaboração de um Grupo Focal para debate informal presencial sobre a mesma temática, realizado na cidade de Coimbra/Portugal; 3) e a aplicação de questionários para avaliar a opinião dos sujeitos antes e depois da realização do debate. Os conteúdos analisados na fase 1 foram disponibilizados aos sujeitos na metade da discussão. Todo o debate foi gravado com o consentimento dos participantes para posterior análise comparativa.

A dinâmica metodológica permitiu o levantamento de dados e informações qualitativas e quantitativas. Ainda que em amostra pequena, os resultados da pesquisa foram eficazes em demonstrar mecanismos de interações sociais, debate público e uso dos enquadramentos midiáticos na formulação de argumentos e troca pública de razões, fornecendo um panorama dos pormenores do complexo processo de midiaticização e interação social.

1 Midiaticização da política sob a ótica do debate público informal

Muitas pesquisas na área de comunicação política investigam a centralidade da mídia nas construções sociais, representações, visibilidade e agendamento dos casos de corrupção política (CUNHA, 2014; SERRANO, 2016; AZEVEDO, 2010; MEDEIROS E SILVEIRA, 2017). Algumas delas centram seus esforços em análises sobre a cobertura jornalística dos casos, outras sobre o agendamento dos conteúdos pela imprensa ou nos

mecanismos discursivos, se utilizando de abordagens distintas para compreensão do fenômeno de acordo com diferentes perspectivas, escopos e metodologias.

Silva (2013, p. 164) identificou que o campo da comunicação concentra muitos trabalhos sobre escândalo político. Em seus estudos, a autora indicou que as principais temáticas das pesquisas sobre o tema tratam das questões de “imagem dos candidatos”; “relação dos jornalistas com suas fontes de informação”; “papel das novas mídias, como a internet, no desenvolvimento do escândalo”, “análise de construção discursiva, narrativa ou retórica”; “relações entre escândalo e sensacionalismo da imprensa”; “análise do acontecimento a partir de hipóteses relacionadas ao gatekeeper, ao agendamento (agenda-setting)” ; e “notícias (news frame) sobre o escândalo”.

Mesmo nos anos que se sucedem ao extenso levantamento feito por Silva, raros são os artigos e pesquisas que deslocam o objeto de pesquisa da *poiésis* da mídia para *aisthesis* da recepção e das interações sociais, como propõe os estudos de recepção (BACCEGA, 1998) e as teorias de “mídiação” latina (BRAGA, 2006; BRAGA, 2012). As abordagens partem de uma tendência dos estudos em comunicação que rompe com o clássico esquema emissor - mensagem - receptor e com qualquer resquício de uma ação direta, linear e previsível dos meios de comunicação na sociedade. Por esta perspectiva, os sentidos produzidos midiaticamente circulam na sociedade de forma diferida e difusa em um processo de circulação de poéticas que ocorre de forma complexa.

Em aproximação com as teorias nórdicas (STROMBACK 2008; HJARVARD, 2008; ESSER E STROMBACK, 2014), a mídiação considera que as esferas da sociedade estão estruturadas a partir de uma lógica midiática que constroem consciências e identidades de indivíduos e grupos (BARROS, 2012). A lógica midiática passa a operar em detrimento das demais, configurando novas matrizes sociais, culturais e políticas e formas de interação entre a sociedade com as instituições, organizações e instâncias políticas.

No entanto, não se trata de uma sociedade que aguarda a construção midiática da realidade, sem resposta ou sem ação. Tampouco faria sentido uma nova pesquisa que investiga a corrupção política a partir de uma lógica dos meios, reafirmando a centralidade destes nos processos políticos e casos de corrupção. Uma perspectiva que se propõe a deslocar o objeto da produção midiática para as interações sociais de uma sociedade midiaticizada pressupõe também uma virada metodológica.

Braga (2006) teoriza um sistema de resposta social, que trata dos mecanismos de atribuição de sentido social às ações, produtos e conteúdos midiáticos a partir de

interações, debates, participações e manifestações sobre os acontecimentos midiáticos. Ou seja, para Braga (2015 p. 19), “é preciso reconhecer a presença de outros processos, que se distinguem daqueles, e que podem reforçá-los, redirecioná-los ou produzir, experimentalmente, outras lógicas — que se tornarão, então, lógicas de mídia, invertendo o sentido da incidência”.

É importante destacar que a lógica das sociedades midiáticas opera com a presença midiática nas demais esferas, alterando seu *modus operandi* tradicional. Esse processo ocorre de formas distintas em contextos distintos, sendo necessário compreendê-lo de acordo com o espaço e o tempo em que ocorrem. Por outro lado, é preciso considerar que este não é um processo padronizante, com um resultado previsível e pré-determinado, uma vez que a lógica dos processos sociais deve ser compreendida em sua distinção e complexidade, com interferência de outras lógicas além da midiática.

O debate público informal se insere no contexto do mundo da vida e se aproxima da ideia de uma esfera pública enquanto espaço interativo de troca de argumentos e sentidos intersubjetivos que compõem o tecido social, formam a opinião pública e direcionam a cultura. Maia et. al (2017) fundamentam o debate informal a partir de quatro pilares principais. Em primeiro lugar, os autores destacam que a deliberação institucional opera a partir das lógicas informais, já que é na informalidade que os sujeitos sociais produzem sentidos que constroem valores, opiniões e a própria identidade e subjetividade, que será base para tomada de decisões institucionais. Em segundo lugar, o debate público informal é onde os sujeitos treinam e exercem suas capacidades argumentativas, aprendem a negociar interesses, revisar posicionamentos e criam a capacidade deliberativa para o engajamento em debates deliberativos institucionalizados. Em terceiro lugar, o debate informal produz conhecimento, habilidades políticas, refina opiniões, interpreta dados e o próprio mundo. Por fim, estes são espaços em que a sociedade pode dialogar com ela mesma, com a mídia, com o sistema educacional e com a própria cultura, a partir de suas próprias lógicas.

As trocas comunicativas entre Estado e sociedade dependem do diálogo da sociedade com ela mesma. Nesse sentido, os debates formal e informal não atuam separados, mas sim dentro de uma mesma cadeia e dentro de uma mesma lógica, articulando-se em rede e têm a deliberação enquanto processo articulador das trocas de razões, argumentos e relações discursivas necessárias à democracia (MARQUES, 2008).

2 Procedimentos metodológicos

Os pressupostos teóricos desta pesquisa e as articulações conceituais para compreender o fenômeno da corrupção política à luz da complexidade da midiaticização, das noções do debate público informal e o enquadramento jornalístico, obrigaram a adoção de mais de um método e ferramenta: Análise de Enquadramento (media frame) de conteúdos jornalísticos sobre a Operação Marquês; Grupos Focais em formato de debate informal; e aplicação de questionários antes e após a realização do grupo. Reconhecemos que metodologias combinadas podem contribuir para novas abordagens e formas de compreensão de um mesmo objeto, a partir de paradigmas ainda pouco explorados empiricamente.

Em primeiro lugar, foi delimitado o acontecimento de análise sobre a Operação Marquês como sendo a troca de juiz no contexto de mudança de fase de investigação para fase de instrução, realizado por sorteio eletrônico. Em seguida, foi aplicada Análise de Enquadramento (GAMSON, 1992; GOFFMAN, 1974; MAIA, 2009; POZOBON, SCHAFER, 2015; PORTO, 2004) em notícias sobre o acontecimento de cinco veículos portugueses distintos: “Sábado”, “Observador”, “Público”, “Expresso” e “Diário de Notícias”.

A escolha por este acontecimento no amplo contexto da Operação Marquês foi feita por este ser de fértil repercussão na esfera pública e por estar em evidência no momento de organização dos grupos (segundo semestre de 2018), conforme indicação metodológica. Dessa forma, foi possível coletar uma quantidade significativa de enquadramentos das notícias e dados no grupo de discussão e das interações discursivas, já que houve grande disposição dos indivíduos no debate sobre o tema, devido à quantidade de conteúdos e sentidos que circulavam sobre o caso naquele momento.

Os conteúdos selecionados estão centrados nos desdobramentos e implicações do sorteio do juiz Ivo Rosa para o processo da Operação Marquês, e não necessariamente no acontecimento por si só. Essa decisão foi tomada ao considerarmos certa pluralidade de enquadramentos e sentidos midiáticos.

O procedimento metodológico se orienta na premissa que os recortes e enquadramentos de um acontecimento são importantes componentes na formação da percepção dos sujeitos sobre a realidade e sua posterior ação perante os sentidos criados (MAIA, 2009; MENDONÇA E SIMÕES, 2012). Esta etapa foi necessária para que

houvesse compreensão completa da mensagem, dos sentidos, razões e informações que foram oferecidas aos sujeitos na etapa posterior, e também para permitir o entendimento sobre a forma com que tais elementos foram apropriados no ato deliberativo.

Após realizada a Análise de Enquadramento, foi organizado o Grupo de Discussão, sob orientação metodológica dos Grupos Focais (COSTA, 2005; GREENBAUM, 1998) e organizados enquanto debate público informal sob metodologia de Maia et. al (2017). Dessa forma, foi reunido um grupo de cidadãos portugueses para a realização de um debate sobre a Operação Marquês, a troca de juiz, o sorteio eletrônico e a fase de instrução da operação.

A discussão aconteceu em dois momentos: antes e depois da inserção das notícias analisadas na primeira etapa. Essa divisão teve como objetivo analisar a variação dos posicionamentos, argumentação e enquadramentos dos participantes antes e após a influência das notícias. Um questionário com perguntas sobre a operação foi disponibilizado antes do início da discussão e ao final, tendo em vista aferir os posicionamentos iniciais, finais e as variações ocorridas.

O questionário foi composto por oito afirmações contidas nos conteúdos analisados sobre o sorteio eletrônico do juiz de instrução da Operação Marquês e suas consequências políticas. As opções de resposta foram “concordo totalmente”, “concordo”, “não concordo, nem discordo”, “não tenho opinião formada”, “discordo”, “discordo totalmente” e “não sei”.

O grupo foi reunido na cidade de Coimbra, em Portugal, e foi constituído de forma heterogênea, totalizando sete participantes, todos cidadãos portugueses: quatro mulheres e três homens com idade de 37 a 70 anos; três participantes com Ensino Superior completo; um participante desempregado e dois aposentados. Consideramos a variedade de gênero, etnia e nível de instrução para a realização do debate informal.

O tema do debate não foi divulgado previamente aos participantes. Na primeira etapa, antes da inserção dos conteúdos, foi apresentado o tema e os participantes foram convidados a se manifestar com as informações que possuíam. Em seguida, os conteúdos foram disponibilizados a todos os participantes, que puderam ler, analisar, ponderar sobre as notícias. Em seguida, o debate foi retomado e puderam contribuir com as informações novas. Durante todo o debate os pesquisadores se mantiveram neutros, sem emissão de opinião ou juízo sobre o assunto. Foi adotada postura de mediação e organização. Todo o procedimento foi gravado com o consentimento dos participantes.

3 Resultados da Análise de Enquadramento

3.1 Revista *Sábado*

A edição da revista “Sábado” da semana do dia 3 a 10/10/2018 dedicou sua capa à escolha do juiz da fase de instrução da Operação Marquês, suas consequências e desdobramentos do caso. A reportagem intitulada “O Ataque a Operação Marquês” tem por premissa noticiar a ação da defesa de José Sócrates e dos outros investigados (arguidos) para desarticular a operação e inocentá-los.

A reportagem da revista “Sábado” busca atacar a estratégia da defesa dos arguidos pela Operação Marquês, principalmente José Sócrates. De todas as reportagens analisadas, esta revista é a mais contundente em criticar o ex-Primeiro Ministro, a defesa dos arguidos e a escolha de Ivo Rosa via sorteio eletrônico.

Dessa forma, “Sábado” cria uma narrativa a partir do relato da estratégia da defesa de Sócrates e dos outros arguidos, de forma a atribuir sentidos negativos à estratégia dos advogados para defender os investigados. A reportagem não discute, no entanto, as prerrogativas, legitimidades e ilegalidades perante a Justiça. A narrativa construída pela revista opta pela polarização dos juízes — Carlos Alexandre como juiz competente e Ivo Rosa como sinônimo de vitória para os investigados — e pela abordagem do caso de forma política. A revista é um exemplo claro da transformação da corrupção política em escândalo a partir das estratégias midiáticas.

3.2 *Jornal Público*

O jornal “Público” ressalta o contexto e as implicações da atribuição da fase de instrução da Operação Marquês a Ivo Rosa, em matéria publicada em 28/09/2018. A reportagem “Operação Marquês calhou a Ivo Rosa. ‘Finalmente há um juiz legal’, diz defesa de Sócrates” constrói sentidos e representações à imagem dos juízes do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) de maneira que o juiz sorteado, Ivo Rosa, é colocado em antagonismo a Carlos Alexandre.

De forma implícita há uma série de questionamentos sobre a capacidade de Ivo Rosa de conduzir a Operação Marquês, em oposição a Carlos Alexandre, considerado a melhor opção. Logo no título é colocada uma fala atribuída à defesa de Sócrates

“Finalmente há um juiz legal” (Público, 2018). O jogo de palavras produz um duplo sentido entre “legalidade” e o adjetivo “legal” que qualifica positivamente e infere, para além do sentido original de legalidade, satisfação da defesa de Sócrates com o sorteio por facilitar a absolvição dos arguidos — já que desde o início da Operação a defesa do ex-primeiro ministro questiona a atribuição do processo a Carlos Alexandre por considerá-la ilegal.

Em dois momentos a imagem dos juízes são colocadas em oposição: ao contrário de Carlos Alexandre, o outro juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal, Ivo Rosa é conhecido por nem sempre apoiar as teses incriminatórias dos arguidos que lhe são levadas pelo Ministério Público, tendo de resto ilibado vários suspeitos desde que assumiu essa função, em 2015 (Público, 2018). A matéria do “Público” reforça a narrativa de oposição e contribui para a descredibilização dos procedimentos da Justiça portuguesa.

3.3 Jornal Observador

O conflito entre as declarações do juiz Carlos Alexandre e o Conselho Superior da Magistratura sobre o sistema informático de atribuição de processos é o centro da reportagem “Carlos Alexandre coloca em causa sorteio de Ivo Rosa para a Operação Marquês”, publicada pelo “Observador” em 17/10/2018. A matéria é vinculada a uma tag chamada “Caso José Sócrates”, que chama atenção ao ex-primeiro ministro em meio aos outros arguidos no processo.

O “Observador” opta por destacar as consequências da declaração, como a abertura do inquérito para responsabilizar Alexandre e também para verificar a procedência das afirmações do juiz. Destaca, também, o apoio da Associação Sindical dos Juízes Portugueses ao inquérito e reproduz parte de uma nota onde a Associação afirma que a gestão do sistema deveria ser transferida do governo ao Conselho Superior da Magistratura. O jornal investiga a quantidade de processos distribuídos a cada juiz de forma a levantar dúvidas sobre a legitimidade do sorteio, apoiando a tese de Carlos Alexandre.

O jornal reproduz falas da entrevista de Alexandre, entre elas que após o sorteio 140 caixas com provas contra os arguidos não foram entregues a Ivo Rosa. Também ressalta a importância da fase de instrução, que permite que a defesa dos acusados questione as teses do Ministério Público, decidindo quem vai a julgamento e quais processos serão arquivados. O enquadramento do jornal sobre o fato noticiado busca

descredibilizar o sorteio, oferecendo elementos que levantam dúvidas sobre a legitimidade e validade do julgamento se estiver nas mãos de Ivo Rosa.

3.4 *Jornal Expresso*

A reportagem “Operação Marquês. Novas contradições no sorteio do juiz”, publicada em 21/10/2018 pelo “Expresso”, tem como foco questionar a seleção de Carlos Alexandre na fase de investigação do processo, em 2014. A atribuição da operação pelo Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) a Alexandre foi feita de forma manual sob a justificativa de problemas no sistema informático. A matéria reverbera as declarações feitas pelo juiz em entrevista à RTP no dia 17/10/2018, em que ele coloca dúvidas sobre a legitimidade do sorteio que atribuiu a operação a Ivo Rosa.

O texto contém uma série de recursos opinativos e termos que reforçam o argumento central que busca colocar em cheque a primeira atribuição a Carlos Alexandre. O jornal utiliza a expressão “efeito boomerang” na legenda da foto do juiz de investigação para reforçar que suas declarações se voltaram contra ele próprio. A informação que justifica o juízo de valor é que, após as declarações, foi aberto um inquérito no Conselho Superior de Magistratura para averiguar as afirmações e a conduta do juiz. O jornal defende que o inquérito só foi aberto devido a “ondas de choque” no meio judicial.

3.5 *Jornal de Notícias*

O “Jornal de Notícias”, em matéria publicada em 20/10/2018, intitulada “Procuradoria contraria Carlos Alexandre sobre Operação Marquês”, dá destaque a um conflito entre as declarações do juiz Carlos Alexandre e da Procuradoria Geral da República. Em entrevista à emissora RTP, no dia 17/10/2018, Carlos Alexandre coloca dúvidas sobre a continuidade do processo após o sorteio. Ele afirma que os autos não foram entregues em totalidade ao juiz Ivo Rosa e que estaria faltando uma caixa com 140 provas contra os acusados. A afirmação de Alexandre demonstra uma irregularidade processual que poderia colocar dúvidas sobre a legitimidade do julgamento se realizado por Rosa. Na mesma entrevista, Carlos Alexandre coloca dúvidas sobre a legitimidade do sorteio, quando afirma que o sistema informático não é aleatório e que é passível de manipulação.

A reportagem do “Jornal de Notícias” é baseada na entrevista de Alexandre e na resposta dada pela Procuradoria Geral da República, que nega irregularidades. Uma representante da Procuradoria chamada pela reportagem apenas de “fonte oficial” afirma que todo o processo foi enviado a Ivo Rosa por transmissão eletrônica. A fonte declara que apenas o processo em suporte físico é que não havia sido entregue em totalidade à Rosa. Ao longo do texto Carlos Alexandre é chamado de “juiz não sorteado”, o que também reforça a ideia de “não aceitação” do juiz em não estar na condução da operação na fase de instrução.

4 Questionários e debate público

No que diz respeito ao posicionamento dos participantes, os questionários mostram que na maior parte das questões houve heterogeneidade nos posicionamentos e certa variação entre o início e ao final. No entanto, três participantes declararam não mudar de posicionamento em nenhuma das oito questões ao fim do debate. Também foi notório que após a discussão houve uma redução significativa de pessoas que assinalaram as respostas “não concordo, nem discordo”, “não tenho opinião formada” e “não sei”, preferindo não se posicionar sobre as afirmações. Por outro lado, foi notório que, apesar do espaço de fala igualitário, houve momentos de destaque das pessoas com Ensino Superior e pelos homens do grupo, que fizeram falas mais longas, contundentes e argumentativas.

A discussão durou cerca de 64 minutos. De forma geral, notamos que a conjectura da discussão tem por base uma opinião desfavorável à José Sócrates e apoio à condução da fase de investigação por Carlos Alexandre. É a partir desse pressuposto que se formaram os argumentos e razões centrais da discussão entre o grupo. Os argumentos foram no sentido das brechas de manipulação do sistema eletrônico e também na necessidade de troca de juiz para a fase de instrução.

Tais argumentos e razões foram levantados pelos jornais “Observador”, “Expresso”, “Jornal de Notícias” e pela revista “Sábado”, conforme apontam as análises de enquadramento realizadas. Mesmo que não haja nenhuma citação direta dos veículos, ficou evidente que grande parte dos argumentos citados foram lançados à esfera pública a partir das notícias e reportagens produzidas pelo caso. Ressaltamos, porém, que o uso das informações e enquadramentos dos veículos durante a discussão foi baixo. Ficou patente que, ainda que a principal fonte de informações sejam os jornais, os participantes

resistiram à ideia de se sentirem pautados e até manipulados pelos veículos. Preferem acreditar que constroem suas próprias versões e opiniões “sozinhos”.

Da mesma forma que parte da imprensa, os sujeitos demonstraram em suas justificativas tons de confiança em Carlos Alexandre e de desconfiança em Ivo Rosa. A tentativa de construção da imagem dos juízes na polarização, absolvição e impunidade (Ivo Rosa) e condenação e justiça (Carlos Alexandre), foi constantemente reproduzida de forma implícita e explícita.

Outro fator que notamos foi uma grande descrença com o sistema político e judiciário português. Argumentos e justificativas abstratas e simplificadas, como por exemplo “Sócrates está se beneficiando da própria corrupção que instalou quando foi Primeiro Ministro” e “não é do interesse de quem está no poder abrir mão do poder”, sempre com tons conspiratórios, também foram comuns.

O debate, como um todo, foi permeado por constantes abstrações e digressões, como é característico dos ambientes informais de conversação. Ao mesmo tempo que grande parte das justificações para os argumentos e opiniões possuem motivação emocional, mesmo quando há lógica racional por trás da discussão.

Considerações finais

Com estereótipos dos personagens, instituições e elementos dos acontecimentos criados e reforçados pela mídia, a ideia de Carlos Alexandre ser sinônimo de condenação dos arguidos e Ivo Rosa como absolvição certa e, por consequência, de impunidade, foi amplamente difundida pela mídia e reproduzida no ato da discussão e nos questionários aplicados. A criação dessa narrativa midiática do caso contribuiu para criar expectativas e um clima polarizado sobre a investigação, tornando-se um objeto que explicita a criação do escândalo político-midiático (THOMPSON, 2002) e que pode ser entendido à luz da teoria de midiatização (STROMBACK, 2008).

Neste artigo, buscamos explicitar empiricamente articulações possíveis entre o conceito de midiatização, com a noção de debate público informal e os enquadramentos jornalísticos. Partimos da premissa da necessidade de pesquisas empíricas capazes de compreender como o fenômeno da midiatização se constitui em seus vários níveis. Ponderamos que a construção social da corrupção política, e sua versão midiatizada enquanto escândalo, não é uma construção exclusiva da mídia.

As interações sociais ocorridas na esfera pública também constituem importantes construtores de enquadramentos sobre acontecimentos políticos e sociais a partir dela própria e de outras fontes, como influenciadores, pesquisadores, atores políticos, ativistas, movimentos sociais, organizações públicas e privadas, escolas e universidades (BRAGA, 2006; MARQUES, 2008); além de diferentes dispositivos tecnológicos, formatos, técnicas e estratégias midiáticas dos envolvidas na indústria cultural contemporânea. Não raro, a própria mídia se encontra no centro do debate público sobre sua própria legitimidade e credibilidade, como foi observado no grupo de debate informal que organizamos.

Durante esta pesquisa, foi possível notar claramente a forma diferida e difusa que os discursos midiáticos se manifestam em debates informais. Todos os participantes declararam que se informam sobre o caso exclusivamente a partir de conteúdos de mídia. Informações e enquadramentos de mídia se misturam com as opiniões e convicções individuais, racionais, emocionais e abstratas, produzindo uma série de novos sentidos. No entanto, os participantes não se sentiam confortáveis na posição de serem “pautados”, “informados” ou mesmo “manipulados” pela mídia, sentindo-se em posição superior, ainda que tivessem reproduzido vários argumentos dos enquadramentos jornalísticos.

Como apontamentos futuros, esperamos aprofundar as articulações aqui propostas a partir de elementos epistemológicos, teóricos e metodológicos, de forma a criar condições mais eficazes de compreensão de fenômenos complexos e característicos das sociedades midiáticas.

Referências

AZEVEDO, Fernando. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Debate, Belo Horizonte**, v. 2, n. 3, p. 14-19, 2010.

BACCEGA, Maria Aparecida. Recepção: nova perspectiva nos estudos de comunicação. **Comunicação & Educação**, n. 12, p. 7-16, 1998.

BARROS, Laan Mendes. Recepção, mediação e midiaticização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. **Mediação e midiaticização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. **Mediação & Midiaticização**. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

BRAGA, José Luiz. Lógicas da mídia, lógicas da midiaticização. **Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones**, v. 1, p. 15-32, 2015.

CUNHA, Isabel Ferin. Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública. **Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**, p. 260-294, 2014.

CUNHA, Isabel Ferin. Media e padrões da corrupção política: os casos freeport e face oculta. **Media & Jornalismo**, v. 14, n. 26, p. 45-64, 2015.

CUNHA, Isabel Ferin. Da ‘desdemocratização’ da Europa: democracia, media e corrupção política. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, p. 37-63, 2015.

ESSER, Frank; STRÖMBÄCK, Jesper (Ed.). **Mediatization of politics: understanding the transformation of Western democracies**. Springer, 2014.

HJARVARD, Stig. The mediatization of society: A theory of the Media as Agents of Social and Cultural Change. **Nordicom review**, v. 29, n. 2, 2008.

MAIA, António João. **A questão da corrupção em Portugal**: contributo para a sua caracterização. Recurso Eletrônico: 2008. Disponível em: <http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/contributo_para_a_caracterizacao_da_corrupcao_o_em_portugal.pdf> Acesso em: 22/01/2022.

MAIA, Rousiley C. M. et al. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. ISSN 1982-2553, n. 34, 2017.

MARQUES, Ângela Cristina S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para articulações entre arenas e atores. **Líbero**, ano XI, no. 21, p. 23-36, 2008.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; SILVEIRA, Rafael Alcadipani. A Petrobrás nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 31, p. 11-20, 2017.

MESQUITA, Nuno Coimbra; MOISÉS, J. A.; RICO, Bruno. Diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro. **IF Cunha, & E. Serrano (Coords.), Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**, p. 283-316, 2014.

SERRANO, Estrela. Jornalismo e justiça na cobertura da corrupção política. **Media, Corrupção Política e Justiça**, p. 9-33, 2016.

SILVA, Terezinha. A pesquisa sobre escândalo político: panorama de 10 anos. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 15, n. 3, p. 160-169, 2013.

SOUSA, Luís de. Recuperar o Estado e a Política. **A Constituição - revista**, p. 24-30, 2011.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four phases of mediatization: An analysis of the mediatization of politics. **The international journal of press/politics**, v. 13, n. 3, p. 228-246, 2008.

THOMPSON, John B.; GUARESCHI, Pedrinho A. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. 2002.